

Questionamento DAP MMA quanto às definições relativas às minutas propostas:

“Faltou esclarecer e justificar observações feitas na minuta de ACT que encaminhamos:

- 3 - Unidade de Coordenação do Programa – UCP - Justificar a supressão da definição do FAP
- 4 - Fundo de Transição – FT - (Justificar a alteração da definição)
- 5- Comitê do Fundo de Transição - CFT - (Justificar a alteração da definição)
- 8 - Comissão de Gestores – CG (Justificar a alteração da definição)
- 11 - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO (Justificar a alteração da definição na manifestação técnica, especialmente a supressão do termo “executor financeiro”)
(Justificar na manifestação técnica a supressão da definição de Plano Operativo)”

ESCLARECIMENTOS:

Observações iniciais: Não recebemos minuta examinada de ACT. Examinamos o AC do Tocantins, o anterior e fizemos a comparação com a minuta enviada. Seguem esclarecimentos quanto às seguintes definições questionadas:

(a) Solicitação DAP: 3 - Unidade de Coordenação do Programa – UCP - Justificar a supressão da definição do FAP

- **Texto Acordo de Cooperação anterior:**
 - **Unidade de Coordenação do Programa - UCP** é a instância executiva instituída no Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, para o exercício das atividades de coordenação, acompanhamento e execução do Programa ARPA, responsável pela comunicação entre o Comitê do Programa e os diversos executores, funcionando como Secretaria Executiva do Comitê para o Programa
 - **Fundo de Áreas Protegidas para o Programa ARPA – FAP** é o fundo de capitalização permanente constituído sob a forma de um *endowment* (*fundo fiduciário do qual utiliza-se apenas os rendimentos, preservando-se o capital investido*), utilizado para implementação da fase II do Programa, com o objetivo de cobrir despesas de custos recorrentes para a manutenção em longo prazo de unidades de conservação de proteção integral consolidadas pelo Programa Arpa e de unidades de conservação de uso sustentável selecionadas, de acordo com o previsto nos documentos oficiais do Programa ARPA e no Manual do Fundo de Áreas Protegidas.
- **Texto da minuta encaminhada nesta carta 180/2021:**
 - **Unidade de Coordenação do Programa - UCP** é a instância executiva instituída no Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, para o exercício das atividades de coordenação, acompanhamento e execução do Programa ARPA, responsável pela comunicação entre o Comitê do Programa e os

diversos executores, funcionando como Secretaria Executiva do Comitê para o Programa.

- **Esclarecimento em relação a minuta proposta:**
 - **Definição de UCP** ajustada apenas para contemplar nova organização administrativa interna do Ministério do Meio Ambiente onde está localizada a UCP
 - **Quanto à supressão da definição relativa ao FAP:** O FAP (Fundo de áreas Protegidas) foi um fundo de apoio ao Programa Arpa concebido como um *endowment* (*fundo fiduciário do qual utiliza-se apenas os rendimentos, preservando-se o capital investido*), com previsão de período de capitalização e quando permitida a utilização de recursos, seriam usados apenas os rendimentos. Concebido para ser um fundo inextinguível foi constituído com recursos doados pelo Banco Mundial, KfW, O Boticário e Natura. A estrutura de *endowment* para os objetivos da constituição do FAP requeria aumento significativo de volume de recursos de novas doações, o que foi identificado como indisponível no contexto geopolítico e econômico na ocasião, pelo que doadores e parceiros do Programa Arpa, incluindo a participação do Ministério do Meio Ambiente, realizaram entendimento para a reestruturação financeira do Programa, o que foi feito para a fase III do Programa Arpa com a criação do Fundo de Transição. Esta definição do FAP foi suprimida porque FAP foi convertido para integrar em sua totalidade o Fundo de Transição a partir desta fase do Programa Arpa. A reestruturação consistiu na união de todos os recursos dos diversos doadores para o Programa Arpa, em um só fundo, o Fundo de Transição, com uma concepção de ser um fundo de longo prazo, mas extinguível, que apoiaria a consolidação do sistema de unidades de conservação do bioma amazônico durante o período de 25 anos, permitindo que o suporte orçamentário do país ao sistema de unidades de conservação do bioma amazônico seja gradual até atingir a totalidade do suporte dos custos, o que deveria acontecer até 2039. Foi instalado o Comitê do Fundo de Transição em julho de 2014. A definição do FAP ainda integrava o Acordo de Cooperação Técnica celebrado em 2015, por estarem sendo executadas simultaneamente neste período a fase II e a fase III do Programa Arpa, consistindo a execução da fase II na utilização do saldo de recursos doados pelo Banco Mundial por força do Grant TF 012073-BR, que não integraram o Fundo de Transição, por terem natureza extinguível de curto prazo em sua concepção de doação. A fase II finalizou em julho de 2017.

(b) Solicitação DAP - 4 - Fundo de Transição – FT - (Justificar a alteração da definição)

- **Texto Acordo de Cooperação anterior:**
 - Fundo de Transição - FT é um mecanismo de financiamento de longo prazo e extinguível, de caráter privado, criado por meio de contratos entre entidades, pessoas físicas e jurídicas, doadoras brasileiras e estrangeiras, que funcionará de acordo com as regras e os procedimentos estabelecidos no MOP, utilizado para implementação da Fase III do Programa.

- **Texto constante na minuta proposta:**
 - Fundo de Transição - FT é um mecanismo de financiamento de longo prazo e extingüível, de caráter privado, criado por meio de contratos entre entidades, pessoas físicas e jurídicas, doadoras brasileiras e estrangeiras, que funcionará de acordo com as regras e os procedimentos estabelecidos no Módulo 2 do MOP.
- **Esclarecimento em relação a minuta proposta:**
 - A modificação se refere apenas a um aperfeiçoamento de especificação quanto ao módulo do MOP que contempla o regramento da governança da gestão financeira do Fundo de Transição.

(c) Solicitação DAP - 5- Comitê do Fundo de Transição - CFT - (Justificar a alteração da definição)

- **Texto Acordo de Cooperação anterior:**
 - Comitê do Fundo de Transição - CFT é a instância decisória do Fundo de Transição que tem por finalidade supervisionar o cumprimento do Módulo 2 do MOP da fase III, de forma a viabilizar que o FT cumpra com o seu Objetivo.
- **Texto constante na minuta proposta:**
 - Comitê do Fundo de Transição - CFT é a instância do Fundo de Transição que tem por finalidade supervisionar o cumprimento do Módulo 2 do MOP de forma a viabilizar que o FT cumpra com o seu Objetivo, conforme definido no Módulo 2 do MOP. O CFT é composto por 08 (oito) membros votantes, sendo 06 (seis) membros nomeados pelos doadores e 02 (dois) membros nomeados pelo Governo Federal Brasileiro (Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão). A seleção e substituição dos membros estão definidas no Regimento Interno do CFT
- **Esclarecimento em relação a minuta proposta:**
 - Também com objetivo de aperfeiçoar a especificação tornando clara no AC a composição do colegiado de governança financeira do FT, sendo apenas um espelho do estabelecido no MOP.

(d) Solicitação DAP - 8 - Comissão de Gestores – CG (Justificar a alteração da definição)

- **Texto Acordo de Cooperação anterior:**
 - Comissão de Gestores - CG é uma instância representativa dos gestores das Unidades de Conservação apoiadas pelo Programa ARPA, vinculada à UCP, com o papel de: assessorar e qualificar as atividades de operacionalização e coordenação do Programa, avaliar e recomendar ao Fórum Técnico alterações e emendas ao Módulo 1 do MOP da fase III, para que seja aprimorada a operacionalização do Programa; aprimorar a comunicação entre as UCs apoiadas pelo Programa; e avaliar relatórios de atividades do Programa.
- **Texto constante na minuta proposta:**
 - Comissão de Gestores - CG é uma instância representativa dos gestores

das Unidades de Conservação apoiadas pelo Programa ARPA, vinculada a UCP e composta por 8 (oito) gestores de UC, com o papel de: assessorar e qualificar as atividades de operacionalização e coordenação do Programa ARPA, avaliar e recomendar ao Fórum Técnico alterações e emendas ao Módulo I do MOP para que seja aprimorada a operacionalização do Programa ARPA; aprimorar a comunicação entre as UCs apoiadas pelo Programa ARPA; e avaliar relatórios de atividades do Programa ARPA.

- **Esclarecimento em relação a minuta proposta:**
 - Aperfeiçoamento da definição com espelhamento do que consta no MOP.

(e) Solicitação DAP - 11 - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO (Justificar a alteração da definição na manifestação técnica, especialmente a supressão do termo “executor financeiro”)

- **Texto Acordo de Cooperação anterior:**
 - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO é a associação civil sem fins lucrativos certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que atua como executor financeiro do Programa ARPA na fase II e gestor do Fundo de Transição na fase III do Programa, devendo atuar, em relação ao FT, de acordo com o estabelecido nos contratos de doação e, notadamente, com as regras e procedimentos estabelecidos no MOP para desembolso e aplicação dos recursos do FT.
- **Texto constante na minuta proposta:**
 - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO é a associação civil sem fins lucrativos certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e nomeada pelo Comitê do Fundo de Transição como gestora do FT, devendo atuar, em relação ao FT, de acordo com o estabelecido nos contratos de doação e, notadamente, com as regras e procedimentos estabelecidos no MOP para desembolso e aplicação dos recursos do FT.
- **Esclarecimento em relação a minuta proposta:**
 - Retirada a distinção referente às fases do Programa, na medida em que está operante apenas a fase III. A qualificação do Funbio como executor financeiro era apropriada para as fases anteriores do Programa, especialmente em seu papel atribuído pelo Grant TF 012073-BR e arranjo institucional do Programa. Na fase III o papel estabelecido no MOP é o de Gestor do Fundo de Transição.

(f) Solicitação DAP - Justificar na manifestação técnica a supressão da definição de Plano Operativo

- **Texto Acordo de Cooperação anterior:**
 - **Plano Operativo** – é o documento detalhando metas, atividades e cronogramas detalhados para a execução do Programa Arpa.

- **Texto da minuta encaminhada nesta carta 180/2021:**
 - **Plano Operativo** – é o documento detalhando metas, atividades e cronogramas detalhados para a execução do Programa Arpa.
- **Esclarecimento em relação a minuta proposta**
 - Reinserida a definição na atual versão da minuta proposta.

Questionamento DAP MMA quanto às atribuições dos partícipes relativas às minutas propostas:

“Faltou esclarecer e justificar observações feitas na minuta de ACT que encaminhamos:

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPIES

(Justificar na manifestação técnica a supressão das atribuições constantes no Acordo anterior)

II - Compete ao FUNBIO

a)

(Justificar as alterações destacadas na manifestação técnica) OBS: Caso se mantenha a previsão de doação ao ICMBio, este deve participar do Acordo.

(Justificar na manifestação técnica a supressão das demais obrigações previstas no Acordo anterior.)”

Observações iniciais: Não recebemos minuta examinada de ACT. Examinamos o AC do Tocantins, o anterior e fizemos a comparação com a minuta enviada. Não há previsão de doações ao ICMBio, era um erro material constante da minuta previamente enviada.

- **Atribuições Estado acordo anterior (retiradas na minuta enviada):**

h) Implementar os Termos de Compromisso firmados com apoio do Programa Arpa;

o) Adotar os procedimentos estabelecidos nos Manuais Operacionais do Programa;

y) Prover informações e apoiar a elaboração dos relatórios previstos no Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP da fase III, de acordo com as responsabilidades descritas para cada instituição.

z) Assinar, assim que recebido, o Termo de Doação dos bens doados em função da implementação do **Programa ARPA**, providenciar a publicação de seu extrato na imprensa oficial, bem como o envio de cópia da mesma ao **FUNBIO**, no prazo de 5 dias corridos, providenciar a imediata incorporação dos referidos bens ao patrimônio do donatário e ainda zelar pela correta e adequada utilização dos bens adquiridos com recursos do Programa e doados pelo **FUNBIO**, mediante o referido termo de doação modal;

aa) Obter, junto à Funai, a documentação atestando a não-sobreposição com terras indígenas das áreas estaduais propostas ao **ARPA** para criação ou consolidação de Unidade de Conservação;

bb) Adotar as medidas necessárias para o cumprimento das condições de desembolso que lhe competem conforme estabelecido no MOP Fase III Anexo 2.

- **Esclarecimentos Atribuições Estado:**

- Em relação ao item (o) acima: alterado para MOP, pois na fase III há um único MOP
- Em relação ao item (y) acima: retirada a menção da fase III, porque desnecessária uma vez finalizada a fase II
- Em relação aos itens (h), (z), (aa) e (bb) acima: reinserimos nas minutas encaminhadas com esta carta 180/2021.

- **Atribuições Funbio acordo anterior (diferentes na minuta enviada):**

c) Apoiar com os recursos que lhe forem doados, observados os procedimentos de desembolso e aplicação dos recursos do FT e do FAP estabelecidos nos MOPs, a implementação, dos gastos previamente definidos nos Planos Estratégicos Plurianuais em conformidade com o estabelecido nos cronogramas de desembolso e aprovados pelo Comitê do Programa, conforme as regras estabelecidas nos contratos de doação firmados entre o FUNBIO e os doadores, e a legislação brasileira, observados os procedimentos estabelecidos nos Manuais Operacionais do Programa ARPA;

d) Atuar como gestor do Fundo de Transição e do FAP, em conformidade com as regras e procedimentos estabelecidos nos MOPs;

g) Desenvolver estudos, dentre outros temas, sobre legislação ambiental e tributária, com a finalidade de buscar alternativas para a sustentabilidade financeira das UCs contempladas no Programa **ARPA** e divulgá-los ao CP, Estado e doadores;

h) Desenvolver Projetos-Pilotos, em conjunto com o **ESTADO**, decorrentes dos resultados alcançados nos estudos, com a finalidade de colocar em prática e exequibilidade os esquemas, apontados pelos estudos, de sustentabilidade financeira de longo prazo das UCs, contempladas no **Programa ARPA**;

i) Desenvolver, em conjunto com o Estado, fomento a Subprojetos que visem promover o desenvolvimento econômico em áreas de entorno às UCs, contempladas pelo **Programa ARPA**;

j) Adotar os procedimentos estabelecidos nos Manuais Operacionais do **Programa ARPA**;

- **Atribuições Funbio acordo anterior (retiradas na minuta enviada):**

k) Arcar, com os recursos repassados pelos doadores do **Programa ARPA**, com as despesas de viagens de agentes do **ESTADO** e de outros órgãos governamentais, que tenham sido formalmente destacados pelo **ESTADO**, e ainda de colaboradores eventuais indicados para a execução de atividades do Programa que importem a realização de viagens, conforme o previsto nos POAs aprovados.

- **Atribuições Funbio inseridas na minuta proposta inexistentes no acordo anterior (retiradas na minuta enviada):**
 - Item (g) da proposta: fornecer bolsas de pesquisa, de acordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos no MOP, por meio de Fundação de Apoio, com vínculo contratual estabelecido com IFES ou ICT, para o desenvolvimento e produção de material de cunho científico e intelectual;
- **Esclarecimentos Atribuições Funbio:**
 - Em relação aos itens (c), (d) e (j) - ajuste adequado para a fase III
 - Em relação aos itens (g), (h) e (i) - estudo específico/ atividade realizado(a) na fase II
 - Em relação ao item (k) e Parágrafos Primeiro a Sétimo – reinseridos nas propostas encaminhadas nesta carta 180/2021.
 - Em relação ao Item (g) da proposta enviada – inserido pois prevista a possibilidade de concessão de bolsas de pesquisa no âmbito do Programa Arpa.
- **Atribuições do MMA constantes no Acordo anterior:**
 - Coordenar a execução do **Programa ARPA**;
 - Examinar, avaliar, e emitir pareceres sobre os POAs enviados pelos Estados para aprovação do Comitê do Programa;
 - Cumprir com todas suas obrigações previstas nos Manuais Operacionais do **Programa ARPA**.
- **Atribuições do MMA constantes na minuta proposta incluíam todas as atribuições do MMA previstas no MOP.**
 - a) Coordenar a execução do Programa ARPA, visando à criação e consolidação de, ao menos, 60 (sessenta) milhões de hectares de UCs no bioma Amazônico, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa;
 - b) Promover a articulação entre os Órgãos Gestores das UCs apoiadas pelo Programa ARPA, o FUNBIO, o CP e o CFT;
 - c) Buscar o aporte de recursos financeiros necessários para a implementação do Programa ARPA no âmbito do Governo Federal, disponibilizados por meio do orçamento anual da União, para atividades nas UCs e pela UCP;
 - d) Envidar esforços para viabilizar pessoal adequado, nas UCs e na UCP, para a execução do Programa ARPA;
 - e) Presidir e manter o CP;
 - f) Manter a Unidade de Coordenação do Programa - UCP, para o exercício das atividades de coordenação, acompanhamento e execução do Programa ARPA e que funcionará como Secretaria Executiva para o CP, responsável pela comunicação entre CP e CFT;

- g) Convocar e manter o Painel Científico de Aconselhamento do Programa – PCA, e coordenar e convocar o Fórum Técnico e a Comissão de Gestores;
- h) Organizar o processo de alocação de recursos nos orçamentos bianuais das UCs em conjunto com o FUNBIO;
- i) Revisar os orçamentos bianuais propostos pelas UCs e Órgãos Gestores no que tange à elegibilidade dos serviços e insumos planejados em relação às regras do FT;
- j) Consolidar, anualmente, todos os relatórios financeiros e de implementação referentes às UCs apoiadas pelo Programa ARPA, conforme Relatório de Implementação e Progresso Financeiro do ARPA, descrito no item A do Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP;
- k) Monitorar o cumprimento dos planos de consolidação das UCs apoiadas pelo Programa ARPA;
- l) Disponibilizar ao CP e ao CFT os dados referentes à alteração da cobertura florestal por UC, ao monitoramento da biodiversidade, as novas UCs criadas e os indicadores de benefícios socioambientais bienalmente;
- m) Elaborar, e apresentar ao CP, o Relatório Compreensivo de Progresso do ARPA, conforme Relatório Compreensivo de Progresso do ARPA descrito no item B do Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP, fazendo uso dos dados e análises apresentados pelos Órgãos Gestores;
- n) Elaborar, e apresentar ao CP, o Relatório Bianual de necessidades financeiras do Programa ARPA, conforme Plano Bienal de Necessidades Financeiras do ARPA descrito no item C do Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP;
- o) Elaborar o Relatório de Análise Financeira anualmente, conforme Validação do Modelo de Custo descrito no item o G do Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP;
- p) Elaborar o Relatório de Avaliação de Efetividade, a cada cinco anos, conforme Relatório de Avaliação de Efetividade Estendida descrito no item D do Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP;
- q) Manter, atualizar e realizar análises regularmente da modelagem de custos e da modelagem financeira do Programa ARPA, conforme Relatório de Modelo de Custo E Revisão do Modelo Financeiro descrito nos itens E e F do Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP;
- r) Monitorar, em conjunto com o Estado do Tocantins, o cumprimento das Condições de Desembolso do Fundo de Transição;
- s) Consolidar, anualmente, o relatório de equipe alocada nas UCs apoiadas pelo Programa ARPA;
- t) Zelar pela correta e adequada utilização dos bens adquiridos e doados pelo FUNBIO;
- u) garantir celebração tempestiva de eventual necessária prorrogação dos instrumentos jurídicos estruturantes para a manutenção da parceria para a execução do Programa Arpa, considerando a durabilidade de longo prazo do Programa ARPA e os benefícios e contribuição que a mesma acarreta aos resultados de conservação ambiental.

- **Atribuições do MMA constantes no Acordo anterior:**

- Coordenar a execução do **Programa ARPA**;

- Examinar, avaliar, e emitir pareceres sobre os POs enviados pelos Estados para aprovação do Comitê do Programa;
 - Cumprir com todas suas obrigações previstas no Manual Operacional do **Programa ARPA**
- **Esclarecimentos Atribuições do MMA em relação a minuta proposta e à versão ora encaminhada pela carta 180/2021:**
 - As atribuições ao MMA foram mais detalhadas na minuta proposta em relação ao Acordo anterior para espelhar o MOP. No entanto na minuta ora encaminhada simplificamos, adotando a redação do Acordo anteriormente assinado, com os ajustes relativos à fase III e considerando que as especificações estão no MOP e a simplificação é suficiente para os ACs com os Estados, visto que os detalhes constam do MOP e da minuta de AC específico com o MMA.

- **Parágrafos na Cláusula Terceira retirados na minuta proposta:**

Parágrafo Primeiro - O FUNBIO não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações que não tenha assumido expressamente neste instrumento.

Parágrafo Segundo - O FUNBIO não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações assumidas por qualquer entidade executora fora do âmbito do **Programa ARPA**.

Parágrafo Terceiro - O FUNBIO poderá pedir esclarecimentos sobre as minutas dos Termos de Referência elaborados pelo **ESTADO**, bem como solicitar as alterações que se façam necessárias para adequada contratação dos serviços previstos no Plano Operativo Anual - **POA**.

Parágrafo Quarto - Para a aquisição de bens e contratação de serviços de pequeno valor, nas condições e limites estipulados nos Manuais Operativos do **Programa ARPA**, o FUNBIO poderá abrir contas-correntes vinculadas, de titularidade do FUNBIO, com recursos dos doadores, permitindo que as mesmas sejam movimentadas em conjunto por, no mínimo, dois servidores do **ESTADO** por elas responsáveis.

Parágrafo Quinto - Para atendimento do previsto no parágrafo anterior, o **ESTADO** indicará quais servidores, vinculados às UCs, serão responsáveis pela movimentação de cada conta-corrente vinculada, os quais deverão assinar termo de compromisso e responsabilidade com o FUNBIO, com interveniência do **ESTADO**, como condição para que a utilização dos recursos seja iniciada, de acordo com o previsto no MOP.

Parágrafo Sexto - O **ESTADO** responsabilizar-se-á pela eventual malversação dos recursos, utilizados pelos servidores por ela indicados, das contas-correntes vinculadas, mencionadas nos parágrafos anteriores.

- **Parágrafos na Cláusula Terceira inseridos na minuta proposta e mantidos na versão ora encaminhada pela carta 180/2021:**

Parágrafo Primeiro. Os bens a que se refere a alínea "a" do inciso II serão doados ao ICMBio mediante a assinatura de Termo de Doação, contendo as especificações necessárias, e serão imediatamente incorporados ao patrimônio do ICMBio.

Parágrafo Segundo. O material de cunho científico e intelectual produzido com o apoio do Projeto se reverterá em benefício da sociedade, podendo ser livre e gratuitamente divulgado pelos Partícipes, respeitados os direitos de autor, não sendo, no caso, aplicável a propriedade estabelecida na Cláusula Oitava adiante.

- **Esclarecimentos quanto aos Parágrafos da Cláusula Terceira, constantes na versão da minuta proposta encaminhada com a carta 180/2021:**
- Parágrafos Primeiro a Terceiro do Acordo anterior foram reinseridos na versão da minuta proposta encaminhada com a carta 180/2021, como Parágrafos Terceiro a Quinto.
- Parágrafos Quarto a Sexto do Acordo Anterior foram retirados porque se referem a ferramentas utilizadas com previsão em regras operacionais, procedimentos do Funbio, conforme estabelecido no Manual do Dia a Dia do Programa.
- Parágrafos Primeiro a Segundo da minuta proposta mantidos na minuta encaminhada com a carta 180/2021,
 - Em relação ao Parágrafo Primeiro é pertinente em relação à obrigação da celebração de Termos de Doação quanto aos bens patrimoniais adquiridos e entregues pelo Programa conforme planejamento no Plano Operativo para a regular completude da ação.
 - Em relação ao Parágrafo Segundo – relativo à disponibilização à sociedade de produtos relacionados ao financiamento por meio de bolsas de pesquisa, que tem isenção de recolhimentos de imposto de renda e encargos sociais, mediante tal condição, conforme legislação aplicável, qual seja, Lei 8.958 de 1994; Decreto 7.423, de 31 de dezembro de 2010; Lei 10.973, de 2 de dezembro de 1994; Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995; Lei 8.212, de 24 de julho de 1991; Decreto 9.580, de 22 de novembro de 2018, e constante da Política de Bolsas de Pesquisa do Funbio, disponível no link https://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2020/03/PL-3X-Pol%C3%ADtica-Bolsas-do-Funbio_12032020.pdf.
- Outras observações:
 - Onde se lia POA – Plano Operativo Anual – nos Acordos anteriormente celebrados, atualmente lê-se PO – Plano Operativo, que na fase III do Programa Arpa é elaborado contemplando período maior que um ano.